

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE URUAÇU
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JUDEILSON FERREIRA DA SILVA

**A MINERAÇÃO, A PECUÁRIA E A AGRICULTURA COMO MARCAS DO MODO
DE VIDA EM GOIÁS: um Diálogo entre História e Literatura**

URUAÇU-GOIÁS

DEZ./2017

JUDEILSON FERREIRA DA SILVA

**A MINERAÇÃO, A PECUÁRIA E A AGRICULTURA COMO MARCAS DO MODO
DE VIDA EM GOIÁS: um Diálogo entre História e Literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual de Goiás – Campus de Uruaçu,
como requisito parcial avaliativo para conclusão do
Curso de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Me Genilder Gonçalves da Silva.

URUAÇU-GOIÁS

DEZ./2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE URUAÇU
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JUDEILSON FERREIRA DA SILVA

**A MINERAÇÃO, A PECUÁRIA E A AGRICULTURA COMO MARCAS DO MODO
DE VIDA EM GOIÁS: um Diálogo entre História e Literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual de Goiás – Campus de Uruaçu, para obtenção do título de licenciado em História, aprovado em 13 de dezembro de 2017, com a nota _____, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profº Me Genilder Gonçalves da Silva
PROFESSOR ORIENTADOR UEG

MEMBRO DA BANCA ARGUIDOR-UEG

MEMBRO DA BANCA ARGUIDORA-UEG

URUAÇU-GO
DEZ./2017

Dedico a minha esposa Andressa Lorrane Gonçalves Santos, incansável companheira e incentivadora

Agradeço a Deus por ter me proporcionado esta oportunidade de concluir o curso superior.

Ao meu orientador prof. me Genilder Gonçalves da Silva, que me acompanhou durante estes meses de desenvolvimento da investigação.

Agradeço a todos os professores da Universidade Estadual de Goiás, Campus de Uruaçu, em especial aos professores do curso de História.

“Entretanto, a história goiana parece, mormente a neófitos historiadores, um porão com ocultos acessos a outros porões outros alçapões. A mesma impressão que produz a aparente monotonia dos cerrados vigora na forma indiferenciada pela qual Goiás entrevê sua história – e o que é – absolutamente falso”.

(BERTRAN, 1978)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPITULO I – MINERAÇÃO EM GOIÁS.....	11
1.1 Pium – Nos Garimpos de Goiás.....	11
1.2. História de Goiás na Concepção de Palacín e Moraes.....	14
1.3 A Formação Econômica de Goiás na Visão de Paulo Bertran.....	19
CAPITULO II – DISCUSSÕES SOBRE A MINERAÇÃO, A PECUÁRIA E A AGRICULTURA NO MODO DE VIDA EM GOIÁS.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	32

INTRODUÇÃO

Apesar da historiografia goiana não apresentar muitas pesquisas sobre o desenvolvimento do garimpo em Goiás é possível perceber em alguns autores que este assunto foi bem explorado e que é possível desenvolver uma investigação visando mostrar que a garimpagem em Goiás é de extrema importância para a compreensão de como as minas de ouro influenciaram na formação sócioeconômica das cidades nas quais estavam presentes, mas que também foram motivos para que cidades inteiras fossem a bancarrota quando o ouro se esgotou.

O objeto de estudo nesta investigação são os garimpos de Goiás, tornando o comércio de ouro um dos principais produtos comercializados no Estado e um importante produto gerador de impostos para o país. Além disso, os garimpos proporcionaram o aumento do fluxo de dinheiro nas cidades e aumento das transações comerciais, ainda que nestas cidades o comércio girasse em torno da troca de ouro por pequenos produtos, muitos comerciantes prosperaram naquela época em detrimento do garimpo.

Este estudo se justifica pelo fato de que os garimpos de ouro em Goiás são de extrema importância para a compreensão de como o ouro influenciou na formação social e econômica em Goiás, pois através da garimpagem, houve inclusive, o crescimento de algumas cidades e o implemento do comércio local, com a troca de mercadorias pelo ouro.

É preciso destacar ainda porque a garimpagem não representou em termos práticos, o aumento da renda per capita dos moradores mais pobres das cidades e os garimpos proporcionaram uma mestiçagem característica da população goiana, uma vez que além da presença dos índios a descoberta do ouro possibilitou uma rápida migração para as margens dos seus rios, iniciando o surgimento de cidadelas e povoados. Como a rápida ascensão do ouro seu declínio também foi veloz, como consequência foi o surgimento de povoados e cidades formado por uma população em minoria branca e a maioria de mestiço, mulatos e escravos.

O percurso metodológico utilizado para construção desta pesquisa sobre o desenvolvimento da garimpagem em Goiás e sua influência nas cidades goianas exigiu a discussão bibliográfica de alguns autores como Luís Palacin e Maria Augusta de Sant'Anna Moraes (1986); Eli Brasiliense (1987); Paulo Bertran (1978);

Nars Chaul (1997) e Roger Chartier (1991) além de outros textos publicados em livros, revistas e Internet.

Todo e qualquer trabalho científico exige um método para seu desenvolvimento. Esse método deve ser baseado em ações que norteiam a prática da pesquisa, indicando caminhos, esclarecendo conceitos e contribuindo para a construção do referencial, principal objetivo da investigação. Os procedimentos metodológicos são utilizados ainda para conferir a veracidade das informações e sequência adequada das atividades de pesquisa, conferindo credibilidade aos resultados obtidos.

A escolha dos procedimentos metodológicos deve ser precedida de um estudo que esclareça quais as melhores ações para que o pesquisador possa apropriar de informações confiáveis. Essa escolha também exige uma reflexão sobre os objetivos que se quer alcançar e se são viáveis para o pesquisador.

Alguns pressupostos, segundo Gil (2013) são imprescindíveis na escolha do método de pesquisa. Em primeiro lugar, essa escolha deve permitir uma descrição da realidade investigada de forma clara, objetiva e precisa. Em segundo lugar, as ações devem ser desenvolvidas de forma racional, pautando-se na organização e na criticidade.

Nesta investigação utilizou-se a pesquisa aplicada, pois resultou na solução prática do problema levantado na investigação, propiciando aplicabilidade das ações em face do tema pesquisado. É importante destacar que as pesquisas aplicadas exigem a coleta de dados através de um instrumento de pesquisa apropriado e o seu resultado inclui a fundamentação teórica, análise e discussão dos resultados encontrados.

Vilaça (2015) também contribuiu com seus estudos sobre a pesquisa aplicada informando que esta deve atender a alguns requisitos, tais como: buscar respostas e soluções para o problema da pesquisa, formular conceitos, produzir novos conhecimentos, identificar comportamentos e pensamentos que contribuam para a pesquisa.

Quanto a sua abordagem, esta pesquisa foi qualitativa, ou seja, a descrição de dados a partir da análise do referencial bibliográfico utilizado na investigação. Para Gil (2013) a abordagem qualitativa propicia o entendimento dos dados descritivos de forma contextualizada a partir do tratamento e análise dos dados,

permitindo que novos saberes possam contribuir na confirmação das hipóteses. Por exigir a hierarquização das ações desenvolvidas na investigação, a pesquisa qualitativa proporciona uma compreensão mais clara do objeto pesquisado, sobretudo, na formulação de conceitos e embasamento teórico consistente.

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa foi bibliográfica, ou seja, análise e interpretação dos dados coletados nas diversas fontes utilizadas na pesquisa. A realização da pesquisa bibliográfica é imprescindível para que possa analisar os conhecimentos teóricos de outros autores e pontos de vista sobre o mesmo assunto pesquisado.

Gil (2013) ressaltou que por meio do levantamento bibliográfico, o mais importante não é a quantidade de fontes encontradas abordando o assunto pesquisado, mas o levantamento de informações precisas e relevantes relacionadas ao tema da pesquisa, em quantidade razoável afim de que possa ser lida, interpretada e analisada pelo pesquisador, resultado na construção de um referencial teórico que responda a questão problematizada.

Segundo Marconi e Lakatos (2014, p.107) as técnicas de coleta de dados “São um conjunto de preceitos ou processos de que serve uma ciência; são, também, as habilidades para usar esses preceitos ou normas, na obtenção de seus propósitos”.

As fontes principais para análise foram: Luís Palacin e Maria Augusta de Sant’Anna Moraes (1986); Eli Brasiliense (1987); Paulo Bertran (1978); Nars Chaul (1997) dentre outros textos publicados em revista eletrônica.

A partir da revisão bibliográfica constatou-se que os garimpos foram determinantes no fomento social de muitas cidades, que sem os investimentos do poder público na época, viram nos garimpos o fluxo migratório aumentar, proporcionando o seu desenvolvimento social e econômico.

O tema proposto para pesquisa é “A Mineração, a Pecuária e a Agricultura como Marcas do Modo de Vida em Goiás: um Diálogo entre História e Literatura”. O problema levantado foi: de que maneira os garimpos de ouro influenciaram as cidades em Goiás?

Hipóteses elencadas: os garimpos proporcionaram a vinda de pessoas para as cidades em busca de enriquecimento e melhores condições de vida; a vinda de pessoas para garimpagem fez com que muitas cidades se desenvolvessem social e

economicamente.

No primeiro capítulo da pesquisa foi realizada a revisão da literatura sobre a garimpagem em Goiás. A prática do garimpo neste Estado iniciou-se em meados do século XVII, quando as Bandeiras vieram para este Estado, não com a intenção de povoar a terra, mas explorar suas riquezas, em detrimento do esgotamento do minério em outras regiões do país.

Destacaram-se as obras de Eli Brasiliense (1987); Palacin e Moraes (1986) enfatizando o Estado de Goiás em relação aos primeiros garimpos e como estes influenciaram as cidades goianas, enfatizando o contexto político e social da década de 30 e a importância da construção de Goiânia.

Enfatizou a obra de Paulo Bertran (1978) para só então desenvolver a relação existente entre estes autores e Roger Chartier (1991), além de outros autores que contribuíram com suas obras sobre as cidades goianas em torno do garimpo de ouro no século XVII.

No segundo capítulo fez-se uma reflexão sobre os autores utilizadas na pesquisa, mostrando como a mineração serviu como marca do modo de vida da população das cidades goianas e o diálogo entre a história e a literatura.

CAPITULO I

MINERAÇÃO EM GOIÁS

1.1 Pium: nos garimpos em Goiás

O livro de Eli Brasiliense *Pium – Nos Garimpos de Goiás* foi publicado em meados dos anos 40. Este escritor nasceu na cidade de Porto Nacional, que à época pertencia ao estado de Goiás e que a partir de 1988 foi desmembrado, passando a pertencer ao estado do Tocantins.

Filho de Bernardino Ribeiro e Jesuíta Silva Braga, Eli Brasiliense viveu grande parte da sua vida numa casa simples em frente à Catedral de Nossa Senhor das Mercês. Seu gosto pela literatura nasceu das constantes viagens que realizava com seu tio Felicíssimo do Espírito Santo Braga pelas cidades do interior goiano. O contato com uma diversidade de pessoas e histórias que ouvia aguçou-lhe o desejo pela escrita.

Em dois momentos distintos, este Eli Brasiliense passou por problemas graves de saúde: em 1932 contraiu uma doença chamada Tifo (doença bacteriana disseminada por piolhos ou pulgas, que provoca febre alta entre outros sintomas). Em 1936 teve Varíola, ocasião em que quase foi a óbito.

Sobre sua vida profissional, Eli Brasiliense foi diretor de escola (cidade de Pedro Afonso), jornalista (cidade de Goiânia), delegado municipal do recenseamento e secretário da prefeitura (cidade de Pirenópolis).

O exercício do jornalismo fez com que despertasse ainda mais o gosto pela literatura publicando em 1940 o primeiro livro chamado *Pium – Nos Garimpos de Goiás*, sendo bem recebido pela crítica e elogiado por outros escritores goianos como Léo Lynce, Bernardo Élis e Godói Garcia, vanguardistas da literatura goiana. Concomitante à escrita desse romance, também escreveu algumas poesias, mas que ficaram guardadas e nunca foram publicadas.

Em 1949, o sucesso pela publicação de *Pium - Nos Garimpos de Goiás*, rendeu-lhe o prêmio da Bolsa de Publicação Hugo de Carvalho Ramos, realizado pela União Brasileira de Escritores Seção-Goiás (UBE-GO). Em 1954 publicou seu segundo romance *Bom Jesus do Pontal* e em 1956 publicou *Chão Vermelho*, romance de grande importância que retratou a cidade de Goiânia, capital do estado

de Goiás. Seguiu-se a publicação de várias outras obras: *Rio Turuna* (1964), vencedor do primeiro concurso literário da Universidade Federal de Goiás (UFG); *Um Grão de Mostarda* (1969); *A Morte do Homem Eterno* (1970); *Uma Sombra no Fundo do Rio e A Cidade sem Sol e sem Lua* (1972); *Perereca* (1973). Seu último romance *Bilhete à Minha Filha na Noite de Natal* foi publicado em 1982.

O Livro *Pium – Nos Garimpos de Goiás* é de leitura fácil e agradável. Sua narrativa apresenta situações e acontecimentos das pessoas envolvidas na garimpagem de cristais, na vila de *Pium* e retrata as angústias, dificuldades e sonhos daqueles que buscavam no garimpo uma vida melhor.

A vila retratada no livro remonta a *Piaus* e que devido a grande quantidade de mosquitos passou a ser chamada de *Pium* (nome deste inseto). Antes abandonada e sem interesse pelas pessoas, a cidade passou a atrair inúmeras pessoas em decorrência da garimpagem de cristal. “As jazidas de cristal de Pium, Fundão e Cristalina atraíam toda cambada de sanguessugas da economia popular, mistura com os mal-aventurados cavadores de terra e fabricantes de cidades” (BRASILIENSE, 1987, p.13).

O minério cristal não tinha quase nenhum valor comercial, no entanto, com a Segunda Guerra Mundial, o cristal foi valorizado em virtude de sua utilização na construção de material bélico. De terra abandonada, *Pium* passou a atrair garimpeiros ávidos pela extração do minério. Além de garimpeiros, a vila passou a atrair prostitutas, trabalhadores, comerciantes, ocorrendo também uma mudança no fluxo de dinheiro, o que acabou influenciando nos valores das pessoas do local.

Um dos fatores que contribuiu para a empreitada garimpeira em Goiás, segundo Brasiliense (1987) foi sem dúvida o trabalho compulsório dos escravos africanos, expostos a condições degradantes; mas não era diferente a experiência dos garimpeiros mal remunerados e seu trabalho insalubre.

Interessante destacar que a obra não se resume a um tempo cronológico, mas entremeados de *flashback*, ou seja, um retorno às lembranças do narrador que vai contando várias histórias ao mesmo tempo.

Percebe-se na obra, uma preocupação de Eli Brasiliense com o contexto histórico de Goiás à década de 40, retratando as mazelas do povo, numa terra abandonada pelo poder público (um dos motivos da criação do Estado do Tocantins foi que essa região de Goiás foi abandonada pelo governo). “Terra pobre. Pedaco

de terra pedregosa e improdutiva esquecido nos sertões de *Goiáz*, encalacrado no vasto município de *Porto Nacional* (BRASILIANSE, 1987, p.15).

As histórias são fictícias, mas bem próximas da realidade do cotidiano das pessoas com os quais o escritor convivia. Percebe-se claramente no romance, a descrição dos hábitos, crenças e ações dentro do contexto histórico do autor, em que a personagem Domingos está presente do início ao fim do livro, bem como Silvestre (motorista do caminhão). Outras personagens também são destaque no livro, como por exemplo, Zé do Carmo, garimpeiro, pai de Ritinha, garota com vários conflitos e influenciada pelo local em que vivia; Dr. Alcides (médico) e descrito por Eli Brasiliense como homem egoísta e que se preocupava apenas com o seu rebanho de gado, negando atendimento à mulher de Domingos, deixando-a morrer durante o parto.

É preciso destacar que apesar de Brasiliense (1987) não retratar diretamente a vinda dos Bandeirantes para Goiás, o povoamento do Estado se inicia pelas descobertas de Bartolobeu Dias Bueno, o Anhanguera, o ouro em Goiás foi, o motivo na conquista do sertão pelos bandeiras e sua fixação no território.

Com a divulgação de ouro em Goiás, possibilita um povoamento rápido e sem planejamento, da mesma forma os povoados surgiam e seguia as margens dos rios, e logo o ouro se esgotava e população migrava.

A sociedade goiana durante o ciclo do ouro teve um crescimento populacional relevante. E seu povoamento foi rápido, destacando que Goiás era um território de índios, escravos e emigrantes das regiões sul e sudeste do País. Tinham muitos que permaneceram, executavam atividades comerciais, distante do ciclo do ouro, dedicavam se criação de gado era uma opção para o vasto território. Não havia sentimento de igualdade entre os indivíduos, pois as regras eram do antigo regime estamental, com direitos diferentes para uma diversidade de classes sociais.

Com as mudanças do perfil minerador, para pecuária extensiva por volta do ano 1823, e pela forma de trabalho semi-assalariado e assalariado o trabalho escravo ficou limitado a desaparecer. Inserindo cada vez mais os escravos e seus descendentes para uma migração de atividade econômica. E uma miscigenação racial, o cruzamento entres as camadas populacional foi uma ação que molda um perfil do mestiço na sociedade goiana. Esta discussão está intrínseca na obra de Brasiliense (1987). Na leitura da obra deste autor foi possível detectar ainda que a

sociedade mestiça cresce em grande número, com a presença de escravos livres, mulatos, e retirada das mulheres das minas, possibilita um maior avanço de mestiços.

Com as transformações econômicas em Goiás, assegurado pela decadência da mineração, e o aumento populacional e a mestiçagem e crescimento principalmente nos centros urbanos. A mudança do perfil do homem branco e sua migração de famílias tradicionais para outras regiões. Condiciona uma modificação do modo de produção e os aspectos da sociedade. Uma opção encontrada foi a ruralização da sociedade em uma canalização econômica para uma economia de subsistência, o que será melhor explicitado a seguir através da leitura de Palacín e Moraes (1986).

1.2 História de Goiás na Concepção de Palacín e Moraes

O livro *História de Goiás (1722-1972)* dos escritores Luís Palacín¹ e Maria Augusta de Sant'Anna Moraes fez uma leitura da expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, mais precisamente, no período em que as minas de ouro foram encontradas em Goiás. Palacín é natural de *Valladolid*, na Espanha, e nasceu em 21 de junho de 1927. Ingressou na vida religiosa em 1944 através da Companhia de Jesus. Sua trajetória acadêmica inclui o curso de Filosofia pela Universidade Pontifícia de Comillas e licenciatura em História e Teologia nas Universidades Salamanca e de Santiago de Compostela. Doutorou-se em História na Universidade Complutense de Madri.

Palacín foi ordenado sacerdote em 1957, sendo transferido para o Brasil em 1958 para o exercício de evangelização. Chegou à Goiânia no início da década de 60, ingressando na prática do magistério na Universidade Católica de Goiás. Também exerceu o magistério superior na Universidade Federal de Goiás.

Para escrever seus livros, Palacín visitou várias cidades de Goiás, como por exemplo, Cidade de Goiás, Pirenópolis, Corumbá, Arraias, Natividade e muitas outras cidades nas quais pesquisava em documentos assuntos referentes ao Estado de Goiás (SILVA, 2013).

Este livro é resultado do material pesquisado para sua tese de livre docência

¹ Palacín faleceu em 1988 na cidade de Goiânia.

sobre a história de Goiás considerado um marco importante para a historiografia goiana, pois contribuiu para a reconstrução da memória econômica, social e política do estado de Goiás.

Colaborou com Palacín na escrita deste livro Maria Augusta de Sant'Anna Moraes, natural de Piracanjuba-GO, em 1936. Iniciou seus estudos em sua terra natal e transferiu-se para Goiânia, concluiu o ginásio no Colégio Santa Clara. O Ensino Médio (antigo segundo grau) no Colégio Santo Agostinho e graduou-se em História e Geografia, pela Universidade Católica de Goiás, atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

Professora universitária por muitos anos, pertence ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, e à Academia Piracanjubense de Letras e Artes. Foi uma das fundadoras e sócia da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica de São Paulo e aposentou-se como professora da Universidade Federal de Goiás (UFG). Suas principais obras publicadas foram: *História de uma oligarquia: Os Bulhões*, editora Oriente, Goiânia (1974); *História de Goiás*, parceria com professor e padre Luiz Palacin (1975); *Monte Alegre nos tempos do café à Faculdade de Medicina*, edição da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (1978).

No livro *História de Goiás (1722-1972)*, além de outros assuntos, Palacín e Moraes (1986) discutiram a função socioeconômica da capitania, destacando questões importantes, como por exemplo, a dinâmica da população, início da crise do ouro, a vida social em Goiás e o quadro de decadência apresentado com a queda da produção de ouro das minas goianas, a partir de meados do século XVIII.

É preciso destacar que havia outros tipos de expedição além daquela promovida por Bartolomeu Bueno da Silva e que era chamada de “descidas” dos jesuítas e que não tinha o objetivo de fixar-se em Goiás, mas levar índios goianos para o sul e norte do país.

Mas nem bandeirantes nem jesuítas vinham para fixar-se em Goiás. Levavam índios goianos para o sul e para o norte, traçavam roteiros para mostrar o caminho, mas não vinham a Goiás para criar povoações (PALACÍN; MORAES, 1986, p.7).

Ao retratar especificamente sobre a economia do ouro em Goiás, Palacín e Moraes (1986) traçaram um panorama do estado de Goiás dentro do sistema

colonial brasileiro, destacando que o pacto colonial (pacto entre metrópole e colônia) se caracterizou pela troca de produtos entre (Portugal) e (Brasil). Enquanto a metrópole dava proteção, mantendo a ordem interna da colônia e a defendia dos inimigos exteriores, por sua vez, a colônia devia fornecer matéria-prima para a metrópole.

Com a descoberta de ouro em Goiás no século XVII, aumentou o interesse tanto do povo quanto da metrópole por este minério que passou a ser o principal produto de exportação da colônia, atrasando o desenvolvimento da lavoura e pecuária em Goiás nos seus primeiros cinquenta anos, pois todos os esforços deveriam concentrar-se na mineração.

Por isso, dentro do Brasil se organizou logo uma hierarquia da produção: os territórios de minas deviam dedicar-se exclusivamente – ou quase exclusivamente – à produção de ouro, sem desviar esforços na produção de outros bens, que poderiam importar (PALACÍN; MORAES, 1986, p.16).

Portanto, a produção de ouro passou a ser o principal produto explorado, sendo que a pecuária e a lavoura passaram para segundo plano, não sendo considerados prioridade na representação econômica do Estado de Goiás.

Ao discutir a transição da sociedade mineradora para a pastoril, os autores informaram que a decadência do ouro provocou a adoção de novas atitudes por parte do governo, no entanto, “A economia do ouro, sinônimo de lucro fácil, não encontrou, de imediato, um produto que a substituísse em nível de vantagem econômica” (PALACÍN; MORAES, 1986, p.40).

Essa diminuição na extração aurífera provocou uma ruralização do Estado de Goiás e regressão de sua economia à chamada economia de subsistência. Houve inclusive, diminuição da população do Estado e dispersão pelos sertões, algumas cidades desapareceram ou tiveram sua população diminuída.

Nesse sentido, algumas medidas foram tomadas visando vencer a decadência econômica que se instalou no Estado, como o incentivo à agricultura, à pecuária, o comércio e navegação dos rios. No entanto essas medidas não trouxeram resultados satisfatórios e após a independência de Goiás, que se deu de forma gradativa, aumentou também as disputas pelo poder entre os grupos locais.

Foi a partir das disputas entre os grupos locais que iniciou o processo de povoamento e a expansão da pecuária em Goiás. Palacín e Moraes (1996)

explicaram que durante o século XIX a população de Goiás aumentou consideravelmente com diminuição dos grupos indígenas, com a pecuária se tornando o setor produtivo mais representativo no Estado, provocada principalmente, pelas correntes migratórias que chegavam a Goiás. Algumas poucas cidades prosperaram em decorrência da pecuária, como Rio Verde, Jataí, Mineiros, Caiapônia, Carolina Arraias, dentre outras que passaram a explorar também pequenos roçados, praticar o comércio de sal e a faiscação².

Já no início do século XIX, as condições socioeconômicas do Brasil ainda não possibilitaram uma ação administrativa satisfatória no Estado de Goiás. Os principais dirigentes do Estado eram nomeados pelo poder central. “Em Goiás, os presidentes exerciam grande influência na vida política. Eram eles de livre escolha do poder central, sem vínculos familiares à terra, descontentando os políticos locais” (PALACÍN; MORAES, 1986, p.70).

Apesar da vida política de Goiás nos últimos anos do Império ser bastante agitada em decorrência das crises nacionais e dos choques de interesse dos grupos locais, não se registrou em Goiás nenhuma realização de grande expressão. Políticas públicas de educação e cultura foram praticamente inexistentes.

Após a proclamação da República, a família Bulhões se tornou a dona do poder no Estado de Goiás até meados de 1918, quando divergências entre os Bulhões e Caiado fez com que estes perdessem o poder local. A partir de então, subiu ao poder a família Caiado. “Seus contemporâneos afirmaram que dirigiu Goiás como se fora uma grande fazenda de sua propriedade” (PALACÍN; MORAES, 1986, p.88).

Nas três primeiras décadas do século XX não houve modificações na situação geral do Estado de Goiás, ou seja, este Estado continuou numa situação de quase isolamento, pouco povoado, praticando ainda uma economia de subsistência. Alguns progressos foram verificados com a construção da estrada de ferro, implementando as comunicações (uma carta que antes demorava 30 dias para chegar do Rio de Janeiro a Goiás, agora demoravam apenas 6 dias).

A historiografia goana mostrou que apesar da construção da ferrovia, houve um lento progresso em Goiás até a década de 30, mas em todo o Estado continuava dominando a grande propriedade rural, ou seja, o latifúndio. Após a Revolução de

² Pequena e rudimentar forma de extração de ouro praticada pelos garimpeiros.

30, operou-se em Goiás algumas mudanças, essencialmente na área política. “Em Goiás, onde os centros urbanos quase inexistiam, e conseqüentemente não se poderia falar de uma classe média significativa, a Revolução teve como ponto de apoio parte da classe dominante descontente” (PALACÍN; MORAES, 1986, p.103). No entanto, a Revolução não trouxe nenhuma mudança social significativa para o Estado de Goiás.

O que provocou de fato uma mudança social em Goiás foi a transferência da capital do Estado para Goiânia, que se tornou definitivamente a capital do Estado em 1935, com a mudança de Pedro Ludovico Teixeira, fixando residência na nova capital.

A construção de Goiânia oportunizou a abertura de novas estradas e um impulso na economia goiana, com a abertura de diversos tipos de serviços (instituições bancárias, hospitais, implementação do comércio, dentre outros). Portanto, dois fatores são considerados um marco na historiografia goiana: a Revolução de 30 e a construção de Goiânia.

Um novo impulso na economia foi verificado com a transferência da capital, a população cresceu e se presenciou o crescimento da industrialização do estado, principalmente entre as décadas de 60 e 70. Por outro lado, Palacín e Moraes (1986) chamam a atenção para o fato de que estas mudanças na economia goiana não propiciaram no período pesquisado uma justa distribuição de renda, pois o parque industrial goiano apresentava pequena dimensão e de baixo nível técnico, sem mão-de-obra especializada.

Conclui-se, portanto, esta descrição da obra de Palacín e Moraes (1986), referente ao desenvolvimento do Estado de Goiás (1722-1972), enfatizando sua importância para a compreensão de como os garimpos em Goiás apesar de serem considerado o principal produto para exportação, não influenciou significativamente no desenvolvimento do Estado de Goiás, pois teve pouca duração.

A seguir, seguindo o mesmo modelo descritivo da obra de Palacín e Moraes (1986), será discutido o livro “Formação econômica de Goiás”, do escritor Paulo Bertran, finalizando esta parte do trabalho descrevendo a relação existente entre as obras de Eli Brasiense, Luís Palacín e Moraes e Paulo Bertran.

1.3 A formação Econômica de Goiás na Visão de Paulo Bertran

Paulo Bertran³ (1978) também contribuiu com seu livro intitulado “Formação econômica de Goiás” explicando que o Bandeirismo em Goiás ainda não foi totalmente explicado e para este autor, a formação do espaço goiano começa com a exploração do ouro.

Bertran nasceu em 1948 e é natural de Anápolis-GO. Estudou no Ateneu Dom Bosco de Goiânia, onde realizou o Ensino Médio (antigo segundo grau), graduou-se em Economia pela Universidade de Brasília (UNB). cursou o doutorado em História e Planejamento pela Universidade de Strasboug, na França.

Foi Diretor-geral do Instituto de Pesquisas e Estudos Geográficos do Brasil Central, da Sociedade Goiana de Cultura. Lecionou na Universidade de Brasília (UnB), na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Católica de Goiás, atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Também integrou a Academia Brasiliense de Letras, a Academia de Letras e Artes do Planalto e era sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e dos IHG's do Distrito Federal e de São Paulo. Era membro da Academia Paulistana de História e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Arte e Cultura (Unesco), além de participar do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). (MENDES, 2012).

Ao falar sobre a estrutura econômica da mineração, Bertran (1978) esclareceu que a exploração do ouro em Goiás apresentou três fases distintas: a primeira corresponde à fase errática e premiada da garimpagem de cascalhos nos córregos; a segunda corresponde à fase ao desmonte dos tabuleiros ribeirinhos e das grupiaras e a terceira fase corresponde a mineração de morro, talho da montanha ou garimpagem de túnel.

Passando para a estrutura econômica setorial da decadência da mineração, Bertran (1978) explicou que a partir de meados do século XVIII, apesar do desenvolvimento do comércio, a exploração do ouro começou a cair vertiginosamente. Somou-se à decadência do ouro, o aumento de impostos.

A tentativa de suprir a decadência do ouro foi feita com incentivo à agropecuária, no entanto, essa tentativa se deu muito tardiamente. Goiás deixou de

³ Paulo Bertran morreu em Goiânia em 2005.

ser um estado mineiro desde 1782, a partir de então tentou-se incrementar as atividades agropecuárias e de navegação. “Com o fim da mineração o binômio espacial de dependência das minas aos portos e portanto a direção dos fluxos econômicos originais começa a deteriorar-se” (BERTRAN, 1978, p.48).

A expansão do século XIX precedeu-se ao crescimento dos aldeamentos, seguindo a lógica de colonização pelos pontos extremos, com implantação de pontos de apoio logísticos ao longo dos rios. Com a diminuição de mão-de-obra escrava, os imigrantes chegaram para algumas cidades do sul, mais desenvolvidas. Também foi destacado a figura dos coronéis, personificado no domínio das famílias dos Bulhões, Fleury, Caiado e Ludovico, que segundo Bertran (1978), “Bem ou mal [...] demonstravam que o isolamento de um século da província foi para as elites de Goiás a demonstração de sua evolução” (BERTRAN, 1978, p.70).

Ainda para Bertran (1978) a passagem do século XIX para o século XX foi marcado pela vinda da ferrovia, mas que provocou intenso processo de fragmentação espacial de Goiás através da criação dos municípios e conseqüentemente o aumento demográfico com o povoamento do sudeste de Goiás, principalmente com migrantes vindos de Minas Gerais, em detrimento do esgotamento das terras disponíveis no triângulo mineiro. A economia agrícola surge como um regime de transição entre a economia mineradora e a economia de exportação pecuária.

A partir de 1930, a economia de Goiás começou a crescer, devido principalmente, ao incremento do setor agropecuário e com a transferência da capital da cidade de Goiás para Goiânia. No entanto, resolvida a questão do desenvolvimento desta região, o oeste goiano e dos territórios do Rio Araguaia seguiam um ritmo lento de crescimento, o que foi resolvido em parte com a construção de rodovias por Bernardo Sayão.

A partir da política de Estado de interiorização do desenvolvimento com a implantação de uma infraestrutura de transporte nas primeiras décadas do século XX, das mudanças político-institucionais após 1930 e da construção de Goiânia e Brasília, ocorreu a expansão da fronteira agrícola de Goiás.

No processo atual de reorganização regional, a construção de Brasília foi o ponto de partida para o desenvolvimento definitivo do Estado de Goiás, mas sem dúvida nenhuma, foi com a construção de Goiânia que houve um impulso tanto

econômico quanto social. “[...] A estrutura regional do espacial do Estado encaminhava-se para cada vez mais nítida especialização econômica regional e urbana” (BERTRAN, 1978, p.137).

Com a construção de Goiânia, Goiás passará então por um relativo crescimento da agropecuária, onde o impulso da modernidade proposto por Ludovico será o carro chefe para este progresso e esta nova dinâmica econômica fará Goiás inserir-se na economia brasileira não mais como um estado periférico, tendo então Goiás uma produção agrícola considerável vista os demais estados brasileiros.

CAPITULO II

DISCUSSÕES SOBRE A MINERAÇÃO, A PECUÁRIA E A AGRICULTURA NO MODO DE VIDA EM GOIÁS

Cada uma das obras retratadas nesta parte do trabalho, seja Eli Brasiense na sua obra “Pium: nos garimpos de Goiás (1987); Paulo Bertran na obra “Formação Econômica de Goiás” (1978) e Luís Palacin na obra “História de Goiás” (1986) retratam aspectos importantes na compreensão de como os garimpos contribuíram para o povoamento e crescimento das cidades Goiás. Acrescenta-se a este rol de discussões as obras de Nars Chaul (1997) e Roger Chartier (1991) além de outros textos publicados em livros, revistas e Internet.

A obra de Eli Brasiense destacou numa história fictícia sobre o garimpo em Goiás, mas baseada na realidade de alguns municípios goianos, como estes aproveitando da garimpagem conseguiram romper com a estagnação econômica e se desenvolveram a ponto de se tornarem cidades importantes para a economia local, ainda que a garimpagem representasse uma ilusão para a comunidade, que pouco desfrutava daquelas riquezas e em alguns casos até se tornavam mais miseráveis do que já eram, principalmente quando os garimpeiros iam embora e deixavam para trás somente a terra devastada e empobrecida. “O lugar atraía mais gente. Chamava mais dinheiro e mais misérias” (BRASILIANSE, 1987, p.18).

Complementando os estudos desenvolvidos por este autor, é preciso destacar que a decadência da mineração levou a uma agricultura de subsistência, mas que esta não foi capaz de acompanhar o crescimento populacional de algumas cidades. Além da agricultura de subsistência, a falta de comunicação e estradas dificultava a entrada de alimentos, provocando surtos periódicos de fome na população desamparada pelo poder público.

A partir de 1780, com o esgotamento das jazidas auríferas, a Capitania de Goiás iniciou um processo de ruralização e regressão a uma economia de subsistência, gerando graves problemas financeiros, pela ausência de um produto básico rentável. Para tentar reverter esta situação, o governo português passou a incentivar e promover a agricultura em Goiás, sem grandes resultados, já que havia temor dos agricultores ao pagamento de dízimos; desprezo dos mineiros pelo trabalho agrícola, pouco rentável; a ausência de um mercado consumidor; e dificuldade de exportação, pela ausência de um sistema viário (MENDES, 2012, p.26).

É preciso destacar ainda que o estado de Goiás possuía as características necessárias para ser considerado uma nova fronteira agrícola, porém existiam algumas barreiras que inibiam a sua inserção no novo processo de acumulação capitalista. Essas barreiras eram as péssimas condições de transportes e comunicação. Devido à localização do estado, o alto custo dos transportes elevava o valor final dos bens e, ao mesmo tempo, reduzia a competitividade do produto goiano em relação a outros estados brasileiros.

O processo de desenvolvimento agropecuário goiano acompanhou o estímulo trazido pelos meios de transporte. Dessa forma, na década de 1940, a primeira região a incorporar-se à zona de fronteira foi o sudeste goiano e, conseqüentemente, a primeira a estagnar-se e entrar em decadência (MENDES, 2012).

Assim é que Luís Palacin (1986) também retratou as cidades cuja mineração atraía o povo e provocava o enriquecimento de muitos, mas a miséria de tantos outros que não conseguiam no garimpo, o metal precioso. Em detrimento da garimpagem, esqueceu-se da lavoura e da pecuária em Goiás, tão importantes para a manutenção das pequenas cidades no Brasil colonial. “Isto explica o pouco desenvolvimento da lavoura e da pecuária em Goiás, durante os cinquenta primeiros anos; todos os esforços de capital e de mão-de-obra deveriam concentrar-se na mineração” (PALACIN, 1986, p.17).

Este autor foi enfático no seu texto ao afirmar que a descoberta de metais em Goiás, principalmente o ouro, acelerou o povoamento do interior desse Estado. Isso significa que a busca pelo ouro direcionou o fluxo migratório para as cidades nas quais a garimpagem propiciava o sonho da riqueza.

Goiás entrou para a história da colonização graças à exploração do ouro, que começou em 1725. O território denominado “Minas dos Goyazes”, localizado entre as produções auríferas existentes em Minas Gerais e Mato Grosso, já havia sido visitado no final do século XVII, por bandeiras paulistas e expedições jesuíticas vindas de Belém com a expectativa de encontrar ouro (Palacín, 1986). Os habitantes que vieram para Goiás, estabeleciam às margens dos rios onde se concentravam os garimpos ou na cidade na qual o garimpo se desenvolvia, geralmente pequenos povoados.

Palacin (1986) confirma este fato ao afirmar que o único critério que direcionava as pessoas para estes pequenos povoados era a descoberta das minas

de ouro, atraindo uma população ávida pelo enriquecimento. A expansão demográfica verificada naquele período fez crescer a população de pequenos povoados em várias partes do Estado de Goiás. No entanto, a garimpagem não era fácil, a própria condição de vida dos garimpeiros era precária, a alimentação era escassa e o trabalho pesado.

Alguns poucos privilégios eram dados a quem de fato conseguiam retirar uma quantidade considerável de ouro das minas, de quem era cobrado um alto imposto que deveria ser pago à Coroa Portuguesa.

Alguns fatores são considerados essenciais para o sucesso da garimpagem em Goiás, como no restante da colônia: a presença dos índios, forçados a trabalhar, mas que por causa da falta de adaptação foram logo substituídos pelos escravos africanos, expostos a situações degradantes de trabalho forçado.

Palacin (1986) destacou que o comércio local se desenvolvia nas regiões do garimpo por causa da falta de dinheiro, utilizava-se o ouro. Os comerciantes trocavam seus produtos (alimentação, vestuário, etc.) pelo ouro e não raro o seu valor era bem mais alto em detrimento da necessidade dos garimpeiros pelos produtos comercializados.

Apesar do desenvolvimento das cidades propiciadas pela garimpagem em Goiás, a baixa produtividade fez com que o minério logo se esgotasse frustrando a população e os garimpeiros dessas cidades. Outros fatores que influenciaram na bancarrota dos garimpos foram, segundo Palacin (1986): escassez de mão-de-obra qualificada, equipamentos inapropriados e a cobrança demasiada de impostos.

É preciso destacar que a pecuária, após o ciclo aurífero no final do século XVIII e início do século XIX, tornou-se o setor mais dinâmico da economia. A maioria dos mineiros que aqui permaneceram, após o desaparecimento do ouro, passaram a dedicar-se a uma agricultura de subsistência e a criação de gado. A pecuária, pelo fato do gado se autotransportar, expandiu-se mais.

Ao mesmo tempo, a construção da nova capital, segundo Palacin (1986) significou um primeiro passo para a transformação da economia e da política goiana. Essa construção promoveu a abertura de novas estradas, tornando-se centro de ligação intra e interestadual e também ajudou a população goiana a recuperar sua autoestima, pois na época se contraiu um sentimento de inferioridade, com a decadência do período da mineração, que significava grandeza econômica. Esse

período que envolve a construção de Goiânia foi chamado por Palacin (1986) de motivação para a psicologia social, isto é, a construção da nova capital inseriu o ideal de perspectivas futuras para o desenvolvimento econômico e social.

Na esteira destes acontecimentos, Bertran (1978) retratou o mesmo assunto que Brasiliense (1987) e Palacín (1986), quando na parte que fala sobre a estrutura econômica da mineração, explicou que história da mineração goiana, que também se iniciou no período colonial com a descoberta de ouro em vários rios e córregos, deu origem ao surgimento de diversos núcleos urbanos próximos às ocorrências minerais.

Bertran (1978) expandiu o pensamento dos autores estudados afirmando que existiu em Goiás uma obscura rede de relações entre as cidades goianas e cidades de outros estados, uma vez que as populações de muitas cidades de Goiás foram beneficiadas com o fluxo migratório proporcionado pela garimpagem.

É preciso destacar ainda que até meados de 1736 a exploração aurífera no estado de Goiás não proporcionou um elevado grau de fixação da população em determinadas regiões, pois os garimpeiros vindos dos mais diversos lugares, instalaram-se em pequenos lugarejos sem que houvesse um mínimo de condições de se manterem e foi só a partir deste ano que os garimpeiros passaram a fixarem-se de fato nas regiões mineradoras.

A partir de 1778, seguiu-se uma diminuição nos minérios encontrados em Goiás, permitindo uma ascensão pastoril e tornando-se cada vez mais difícil a manutenção do legado urbano dos tempos auríferos. Com esse declínio nas minas, a economia goiana passou a se apoiar na criação de gado como possibilidade de sobrevivência dos lugarejos nos quais antes a garimpagem prometia riqueza e desenvolvimento.

Por outro lado, segundo Bertran (1978) a diminuição da prática mineradora em Goiás e reforçou e ampliou o sistema agrícola, pecuarista e comercial no Estado. Este autor chamou de economia de abastância, esse período pós-mineração em Goiás, pois o descenso das minas era caracterizado pela existência de pequenos produtores que plantavam para sua subsistência, mas que garantia alimentos para o ano todo, através de suas pequenas lavouras ou criação de gado, e que algumas cidades só não conseguiam se desenvolver mais por causa da falta de infraestrutura no Estado, ou seja, falta de estradas e transporte para os produtos.

A distância de Goiás aos portos e seu custo inerente, ou seja, o acesso ao próprio assentamento do regime colonial, impunha-se agora como um fator determinante de obstrução, que nenhuma espiral inflacionária ocultava mais como o fizera na fase da mineração (BERTRAN, 1978, p.48).

A situação de algumas cidades do interior de Goiás, com a diminuição da mineração foi de quase total abandono. Outra contribuição dada por este autor é que este distingue criação de gado e mineração para ocupação do território goiano; segundo Bertran (1978) a exploração do outro foi marcada pelo avanço das cidades e mudança do modo de vida, surgindo distante das regiões povoadas do litoral; já a criação de gado foi se estabelecendo ao longo do tempo e de seu contexto local.

Está claro então a importância que a criação de gado e pecuária passaram a exercer no desenvolvimento das cidades logo após a diminuição dos garimpos. Apesar de muitas pessoas terem abandonado as cidades, os novos produtos proporcionados pela lavoura e criação de gado, de certo modo, também impulsionaram o desenvolvimento das cidades do interior de Goiás naquele período.

Chaul (1997) esclareceu o desenvolvimento das cidades goianas a partir dos garimpos contextualiza com as informações de que o estado de Goiás sempre foi considerado como sendo um estado ligado predominantemente ao campo, regiões semi desertas, sem urbanização, distante dos grandes centros mais populosos e desenvolvidos, onde a população local adotou formas de vida que remete à subsistência, pequena criação de gado e lavoura, voltada apenas para o consumo próprio.

Na concepção de Chaul (1997), a sociedade goiana se desenvolveu em volta da necessidade de mão-de-obra especializada, povoamento e capital para investimento para seu crescimento e infraestrutura. Após a decadência da mineração, essa situação ficou ainda mais expostas, como se pode perceber nesta citação:

Os habitantes por sua vez não sabiam contornar as conjunturas que aprofundavam as crises advindas da mineração e, na visão principalmente dos viajantes, adotavam uma atitude de indolência, conformismo, tédio e ócio. Coisas para as quais a província de Goiás não estava preparada, por falta de condições de realização ou por um livre culto ao cotidiano de seus dias que pareciam iguais (CHAUL, 1997, p.38).

Por estas razões, segundo Chaul (1997), era difícil imaginar a sociedade

goiana, tanto no período da mineração quanto na pós-mineração sem as imagens própria da desolação: terras desabitadas, lugares abandonados, aridez e pobreza. Dessa maneira, sua concepção de mudança para a sociedade goiana também passa pela necessidade de reconstrução do sertão, integrando-o nacionalmente, pondo fim a uma decadência e atraso social.

Essa visão de Chaul (1997) era a mesma de Palacín (1986) que considerou que com o fim da mineração em Goiás houve um processo de ruralização da sociedade. As cidades que com o garimpo cresceram em número de habitantes, passou a decrescer com a decadência do garimpo, a ponto de muitas cidades ficarem completamente desertas e abandonadas.

Chaul (1997) corrobora com Palacín (1986) ao afirmar que a decadência das cidades goianas pode ser caracterizada como uma atitude coletiva, absorvida pela sociedade, através de um sentimento de fracasso e derrota das pessoas e da inexistência de qualquer esforço de recuperação.

É importante destacar que o desenvolvimento das cidades goianas com o que apresentou Flamarion (2012, p.13) “mas a informação sobre o passado não é, por si só, histórica; na realidade, é só uma informação arquivística, à qual podem vir a aplicar-se diferentes práticas discursivas, e a verdade história não passa do efeito de um dado tipo de discurso”. Talvez tenha sido por isso que Chaul (1997) afirmou que o discurso de que o atraso no desenvolvimento da sociedade goiana tivesse sido apenas pela decadência não é totalmente correto, e que foi também um resultado de desastroso de estratégias políticas de grupos conservadores que dominavam o cenário político da época, em prejuízo dos interesses das forças oligárquicas progressistas e que foi somente com a construção de Goiânia que o estado de Goiás começou a afastar-se da ruralização.

Contribuição dada por Flamarion e Vainfas (1997) é que:

[...] para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de ideias. Especialmente no caso de pesquisas voltadas a para a História de ideias, do pensamento político, das mentalidades e da cultura, o conteúdo histórico que pretende resgatar depende muito da forma do texto: o vocabulário, os enunciados, os tempos verbais etc. (FLAMARION; VAINFAS, 1997, p.377).

Grande parte das cidades desenvolvidas em torno do garimpo em decadência

passou a ter política quase nula e seu desenvolvimento social estava baseada nas relações de trabalho e costumes diretamente relacionados com a agricultura e pecuária, por isso que é preciso uma reflexão sobre o que afirmou Chaul (1997) sobre a culpabilidade da decadência do garimpo em relação ao desenvolvimento das cidades goianas naquela época.

Moraes (1981) em relação ao atraso e alguns estados brasileiros e de Goiás após a decadência da mineração fala de um controle sociopolítico do atraso, pois as suas críticas feitas aos principais líderes da política goiana revelaram que o atraso e o subdesenvolvimento em Goiás também tinham o objetivo de não perder o domínio político das cidades e que por isso, a decisão de transferência da capital demorou tanto a se concretizar.

Chartier (1991) vai mais além e informou que toda reflexão metodológica, enraíza-se, com efeito, numa prática histórica particular, num espaço de trabalho específico e propõe um estudo crítico dos textos como forma que produza usos e significados diferenciados. Refletir o desenvolvimento da população das cidades, principalmente no pós-garimpo em Goiás é também desvelar novos significados para uma sociedade, que provavelmente não recebeu apoio político o suficiente para sustentar-se, promovendo sua regressão à subsistência.

Apropriar-se do pensamento de Chartier (1991) é reconhecer que o campo do imaginário, como ele mesmo afirmou, também é um campo de luta política e pelo poder, onde cruzam interesses de grupos sociais e ideológicos, como pode ser percebido nas discussões deste e outros autores já citados nesta pesquisa.

Além disso, o posicionamento de Chartier (1991) torna-se mais claro quando se faz a leitura do seu ensaio *“História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação”* Ao falar sobre a história das mentalidades, analisa os obstáculos que dificultam o recurso à quantificação. Mais adiante, critica o hábito de submeter o cultural a uma estrutura predeterminada de sociedade.

Outra contribuição dada por Chartier se refere à internalização simbólica das lutas e pelo poder e dominação entre os grupos ou entre indivíduos representantes de tais grupos, estruturadas a partir das relações externas objetivas entre os mesmos e que existem independentemente das consciências e vontades individuais que produziram dentro de determinado campo social (PACHECO, 2005).

Nesse aspecto retomamos o pensamento de Palacín e Moraes (1986) e sua

descrição política em Goiás para concluir esta discussão. Desde o período colonial, quem dominava as terras tinha o poder local, independentemente do tamanho das cidades, característica esta que durou até o início da década de 30, quando outros grupos políticos ascenderam ao poder e seus discursos de modernidade com a construção de Goiânia, nova capital do estado e Brasília, nova capital do país. O discurso representativo dos políticos da época eram de que Goiás estava em atraso por causa da decadência do garimpo, esse era o discurso que se tentava passar para a população e não por causa da falta de investimentos em infraestrutura, estradas, comunicação e abandono total dos políticos em relação à sociedade goiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho partiu da constatação de que poucas são as obras que revelam como o garimpo praticado no Estado de Goiás em meados do século XVII influenciou no desenvolvimento social das cidades. É importante este esclarecimento logo no início da conclusão para mostrar a importância das leituras sobre o assunto e que antecedem a interpretação dos textos, sejam eles livros, revistas ou publicações em outros meios não tão convencionais como a Internet.

A garimpagem foi iniciada em Goiás como uma alternativa de arrecadação de impostos, uma vez que as minas de outras regiões, como Minas Gerais entraram em decadência provocando uma corrida pelo ouro em outros estados menos explorados. Cada um dos autores utilizados como referencial para a construção desta pesquisa contribuiu com importantes esclarecimentos para que se pudesse chegar a uma conclusão sobre o assunto.

Brasiliense (1987) mostrou em sua obra sobre a garimpagem em Pium um exemplo de como as cidades goianas se desenvolveram em torno do garimpo, mas que não se preocupou em desenvolver outras alternativas para a subsistência da população. A falta de uma política pública que contemplasse a população, ou melhor dizendo, a falta de políticos fez com que não somente esta cidade, conhecida hoje como Porto Nacional, perdesse quase que a totalidade da sua população em decorrência da decadência do ouro.

Palacín e Moraes (1986) também seguiu pelo mesmo caminho de Brasiliense (1987) e contemplou em sua obra questões muito importantes sobre a garimpagem em Goiás mostrando como as cidades goianas passaram por dificuldades e passaram a praticar a forma mais primitiva para seu desenvolvimento: a subsistência, características da ruralização.

A diminuição da produtividade das minas é a característica marcante do início da decadência do sistema, como citado anteriormente, esse fenômeno passa a ocorrer já nos primeiros anos após a descoberta, porém não é possível afirmar que nessa época seja consequência do esgotamento do minério, devido a outros fatores econômicos e administrativos, como a escassez de mão-de-obra, falta de estradas e meios de comunicação, o que provocou o retorno da população na qual os garimpos eram praticados à condição de produção de subsistência.

Foi importante também as contribuições de Bertran (1978) neste trabalho contribuindo para o entendimento de que a preocupação com o desenvolvimento da sociedade goiana pós-garimpo, iniciou-se na década de trinta, mas sob o viés da politicagem e dos desmandos políticos das famílias oligárquicas da época, sobretudo, com a construção de Goiânia (capital de Goiás) e Brasília (capital do país), mas que não conseguiu resolver os problemas sociais existentes deixados pela decadência do garimpo.

A partir destas informações trabalhadas na pesquisa, ficou bem mais claro com o estudo de outros autores, como Flamarion (2012) e Chartier (1991) que o problema maior não seria resultante apenas da decadência do garimpo, mas que os políticos passaram essa ideia de que era a falta do ouro que teria provocado a decadência de algumas cidades.

Retoma-se o problema levantado, constatando que as cidades nas quais os garimpos foram criados atraíram muitas pessoas, inclusive imigrantes, mas que não resultou em grandes transformações sociais, pois a única preocupação dos políticos era com a arrecadação de impostos, e quando o ouro decaiu, os políticos simplesmente abandonaram grande parte das cidades que eram sustentadas pelos serviços do garimpo.

REFERÊNCIAS

- BERTRAN, Paulo. Formação econômica de Goiás. Goiânia: **Oriente**, 1978.
- BRASILIENSE, Eli. **Pium: Nos Garimpos de Goiás**. 5.ed. Goiânia: Editora Cultura Goiana, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Revista das Revistas, São Paulo, USP, v.5, nº 11, 1991. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>>. Acesso em 01/12/2017, às 15h31min.
- CHAUL, Nars N. Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MENDES, Juliana Fernandes. A construção de Goiânia e a incoerência do Decreto 3359, de 18 de maio de 1933. **Revista de pós-graduação em Educação da UFG**, Goiânia, v.1, nº 34, 2012. Disponível em:<https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Juliana_Fernandes.pdf>. Acesso em 30 nov. 2017.
- MORAES, Herculano. **Fronteiras da liberdade**. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1981.
- PACHECO, Alessandro. As implicações do conceito de representações em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005. Disponível em:<<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0051.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2017, às 16h07min.
- PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás**. 4.ed. Goiânia: Editora UCG, 1986.
- SILVA, Rogério Chaves da. Padre Luís Palacín e a ciência da história em Goiás. **Revista de História da UEG**, Porangatu, v.2, nº 1, jan./jul. 2013.
- VILAÇA, Márcio Luís. Pesquisa e ensino: considerações e reflexões. **Revista Escrita**, São Paulo, v.1, nº 2, mai./ago. 2015.